



10º Encontro Internacional de Política Social
17º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Democracia, participação popular e novas resistências
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo: Direitos Geracionais

As juventudes no horizonte do serviço social

Ademir de Jesus Santos Junior¹
Luna Alves de Souza Rodrigues²
Madê Soares Tavares de Oliveira³

Resumo: O presente artigo faz uma análise reflexiva sobre o papel do serviço social no Centro de Referência das Juventudes (CRJ) Novo Horizonte, localizado no município de Serra/ES. Para tanto, busca-se primeiramente apresentar as bases do processo de formação socioeconômica do território a partir de uma análise crítica à luz da teoria marxiana. Ou seja, demonstra que à medida que avança a produção capitalista, mais riqueza é produzida, no entanto, proporcionalmente mais pobreza é gerada. O que acarretou um processo de urbanização desordenada e grandes taxas de desemprego, levando o bairro a ganhar destaque em casos de violência, desemprego, baixa escolaridade e entre outras expressões da questão social. Sendo um dos principais motivos que impulsionaram a necessidade de mobilizações contra a violência e em defesa de políticas públicas eficazes para a juventude periférica, que são os mais afetados por essa realidade. Assim surgem os CRJ's fruto de mobilização social, somado a importância de o serviço social compor a equipe mínima deste equipamento, haja vista que a profissão está ligada à sua condição de dar respostas frente à realidade complexa como está, identificando as condições materiais da vida dos seus usuários a fim de construir alternativas de respostas profissionais às atuais requisições.

Palavras-chave: Juventudes; Política Pública; Serviço Social; Território.

Young people on the horizon of social work

Abstract: This article makes a reflective analysis of the role of social services in the Youth Reference Center (CRJ) Novo Horizonte, located in the municipality of Serra/ES. To this end, we first seek to present the bases of the territory's socioeconomic formation process based on a critical analysis in the light of Marxian theory. In other words, it demonstrates that as capitalist production advances, more wealth is produced, however, proportionally more poverty is generated. This led to a process of disorderly urbanization and high unemployment rates, leading the neighborhood to gain prominence in cases of violence, unemployment, low education levels and other expressions of social issues. Being one of the main reasons that drove the need for mobilizations against violence and in defense of effective public policies for peripheral youth, who are most affected by this reality. This is how CRJ's emerge as a result of social mobilization, coupled with the importance of social service compose the minimum team for this equipment, given that the profession is linked to its ability to provide responses to the complex reality as it is, identifying the material conditions of its users' lives in order to construct alternative professional responses to current requests.

Keywords: Youth; Public policy; Social work; Territory.

¹ Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e estagiário no CRJ de Novo Horizonte. Estagiário do Centro de Referência das Juventudes- CRJ Novo Horizonte. Email: ademirsantosjn87@gmail.com

² Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Assistente social do Centro de Referência das Juventudes- CRJ Novo Horizonte. Email:lunaalvesrodrigues@gmail.com.

³ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e estagiária no Centro de Referência das Juventudes- CRJ Novo Horizonte. Email: made.soares.sso@gmail.com

1. Introdução

O território no qual o Centro de Referência das Juventudes (CRJ) se insere é o bairro Novo Horizonte no município de Serra no estado do Espírito Santo. O estado é localizado na região sudeste, fazendo divisa com Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, possui 3,8 milhões de habitantes, sendo que 1,9 milhões vivem na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), o que corresponde a 49% da população capixaba⁴, apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,771, o 5º maior entre as unidades federativas do país. Já o município de Serra se localiza ao norte de Vitória, capital do estado, sendo um dos municípios que compõem a RMGV e o mais populoso do estado, possuindo 520,6 mil moradores que se dividem entre 129 bairros. Por fim, o bairro Novo Horizonte possui 13,8 mil moradores, sendo o 9º mais populoso do município, localiza-se próximo a região de Carapina e ao Porto de Tubarão, área que abriga importantes indústrias como a mineradora Vale e a siderúrgica ArcelorMittal, ambas multinacionais.

Em contradição a este cenário de desenvolvimento do bairro, no ano de 2021, um ano antes da implementação do CRJ em questão, ocorreram 138 homicídios dolosos no município de Serra, sendo junto com Cariacica os dois municípios onde mais ocorreram homicídios no estado, destes, 9 foram em Novo Horizonte que foi o 3º bairro do município com maior número de homicídios dolosos naquele ano. (ESPÍRITO SANTO, 2021; IBGE, 2021)

Para entendermos como o território chegou neste ponto é importante fazermos uma breve recapitulação do processo de formação socioeconômica do estado e de urbanização da RMGV. Até o início da década de 60 a economia do Espírito Santo era majoritariamente baseada na produção de café, que entre 1940 e 1950 vive o seu auge quando há um *boom* do preço desse produto no mercado internacional. O que posteriormente gera uma superprodução de café em 1960, ocasionando uma crise no mercado, fazendo com que o governo federal inicie a política de erradicação de cafezais, impactando fortemente a economia capixaba e gerando uma onda de desemprego e êxodo rural.

Paulatinamente se inicia uma onda de industrialização no estado que até então tinha uma economia predominantemente agrária, combinando principalmente investimentos públicos, privados estrangeiros e privados nacionais em menor grau. Na década de 60 temos a criação da ferrovia Vitória-Minas que irá atrair massivos investimentos da mineradora Vale do Rio Doce⁵, em 1966 temos a construção do Porto de Tubarão que possibilitará a criação da

⁴ Gentílico para moradores do estado do Espírito Santo.

⁵ Atualmente chamada apenas de Vale.

Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST)⁶, fundindo capital brasileiro, europeu e japonês, todo esse processo de construção de infraestrutura para atuação das indústrias só foi possível graças aos incentivos fiscais e investimentos do governo militar. O processo de êxodo rural somado com os grandes investimentos industriais faz com que haja um massivo fluxo migratório de trabalhadores sem qualificação vindos do interior e de estados vizinhos para a RMGV, em sua maior parte desempregados após a política de erradicação dos cafezais, no entanto, apesar de uma grande quantidade de mão obra ter sido mobilizada para a construção dessas indústrias, só parte da mesma foi absorvida assim que as indústrias começaram a operar, isso causou uma onda de desemprego, pobreza e precarização já que aquele grande contingente de trabalhadores sem qualificação atraídos pela promessa de trabalho na cidade agora se encontravam dispensados pela indústria e sem possibilidade de trabalho em seus locais de origem.

De acordo com dados do governo estadual, em 1977 quase metade da população economicamente ativa do estado estava empregada no setor de serviços, que apresentava grandes sinais de precarização e informalidade. Entre 1940 e 1970 a população urbana mais que dobrou no estado, subindo de 20,9% para 45,1%, esse processo foi marcado pelo crescimento urbano desorganizado, aumento da desigualdade social, violência e concentração da pobreza em determinados espaços. (ESPÍRITO SANTO, 1977; FORTUNATO, 2011; MATTOS, 2011)

É importante ressaltar a luz da teoria marxiana que à medida em que a produtividade aumenta em decorrência de novas tecnologias que vão sendo incorporadas à produção, proporcionalmente o capital investe menos em mão de obra e mais nas tecnologias visando o aumento da produtividade e das taxas de lucro, uma vez que máquinas são capazes de produzir mais demandando menos mão de obra. Com o aumento da produção, mais e mais trabalhadores são atraídos para os centros econômicos, isso faz com que progressivamente se crie uma população excedente nesses locais, uma vez que mesmo que cresça a demanda por trabalhadores nas indústrias a lógica do capital prioriza o investimento em máquinas, gerando um contingente populacional sobrando que estará fora do mercado de trabalho, condenado a informalidade, precarização e a pobreza, esse se configura nos termos de Marx como o *exército industrial de reserva* (MARX, 2013).

⁶ Atualmente chamada de ArcelorMittal.

Esse processo não é um acidente, quanto mais pessoas desempregadas (ou subempregadas), menores serão os salários e maiores serão as jornadas de trabalho para os que estão empregados, já que o grande número de pessoas ávidas por uma vaga no mercado de trabalho atuará como uma forma de pressionar os trabalhadores a aceitarem condições de trabalho cada vez piores. Quanto mais avança a produção capitalista, mais riqueza é produzida, no entanto, proporcionalmente mais pobreza é gerada a partir desses movimentos e maior é a exploração sobre os trabalhadores, essa é a lei geral da acumulação capitalista que pode ser observada na formação sócio econômica da RMGV. (MARX, 2013)

Quanto ao bairro de Novo Horizonte, o mesmo vai ganhar suas características atuais durante esse processo. Até meados da década de 80, o bairro, que na época se chamava São Sebastião vai ser conhecido principalmente pela forte atividade ligada a prostituição, sua proximidade com o Porto de Tubarão fizera com que fosse muito frequentado pelos trabalhadores da indústria em busca de sexo. Com a já citada onda de desemprego e informalidade após construção das indústrias, o bairro vai começar a se tornar moradia desses trabalhadores devido ao baixo custo de seus terrenos e de áreas vazias que foram ocupadas de maneira irregular.

O Conjunto Residencial São Sebastião, chegou a ganhar fama nacional e internacional por ser uma das maiores e mais bem sucedidas áreas de prostituição do Brasil na década de 1960. A mudança do nome São Sebastião para Novo Horizonte se deu a pedidos da comunidade, a fim de se livrar do constrangimento que carregava, a troca do nome simboliza uma tentativa de ruptura com esse passado. No entanto, como consequência do processo de urbanização desordenada e das grandes taxas de desemprego o município da Serra vai viver uma explosão nos casos de violência à partir dos anos 90, tendo sido considerado o município mais violento do país em 2005, atingindo a assustadora taxa de 97,62 homicídios a cada 100 mil habitantes segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e apesar de ter passado por uma expressiva queda nos números de homicídios, ainda segue sendo um dos mais violentos da região, todo esse processo atingirá em cheio o bairro de Novo Horizonte. (CERQUEIRA; BUENO s/d; MATTOS, 2014)

Nesse processo a juventude negra é a mais atingida, dados do IPEA mostram que a taxa de homicídios de jovens no Espírito Santo chegou a atingir a marca de 117 a cada 100 mil habitantes no ano de 2010, caindo para 63,7 a cada 100 mil habitantes em 2021, número que ainda é superior à média nacional que é de 49,04 a cada 100 mil habitantes. A mesma pesquisa mostra que no ano de 2021 a taxa de homicídios a cada 100 mil habitantes era cerca de 3,5

vezes maior entre pessoas negras do que entre pessoas não negras no Espírito Santo, o que também é superior à média nacional que é aproximadamente 2,9 vezes maior para negros do que para não negros. (CERQUEIRA; BUENO s/d)

2. A política de juventude em foco

É com base nesta realidade que a Lei 9.646/2011, que institui a Semana Estadual de Debate Contra o Extermínio de Jovens no Espírito Santo, marcou um importante ponto de partida para a mobilização sobre a violência que afeta a juventude capixaba. Essa iniciativa que reuniu mais de quarenta entidades em torno do tema demonstra um compromisso coletivo em enfrentar essa expressão da Questão Social.

Em 2010, foram realizados debates, seminários e uma audiência pública. Essas ações culminaram no Dia Nacional da Juventude que consistiu em um grande dia de mobilização com mais de 60 mil pessoas na rua marchando contra a violência, extermínio de jovens e em defesa das políticas públicas de, para e com a juventude. (VALADÃO, 2013, p.15)

O momento de grande mobilização foi o Dia Nacional da Juventude, no qual milhares de pessoas marcharam nas ruas em protesto contra a violência e em defesa de políticas públicas eficazes para a juventude. Durante essa marcha, foram entregues ao então Governador Renato Casagrande, na gestão de 2011 a 2014, importantes reivindicações dos movimentos sociais e das juventudes, incluindo a criação da Secretaria Estadual de Juventude, o estabelecimento imediato do Conselho Estadual de Juventude e a aprovação e implementação do Plano Estadual de Juventude. Em resposta a essas demandas, o governo promulgou o Decreto Nº 2948-R em 18 de janeiro de 2012, que instituiu um Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar propostas para a organização institucional e a gestão de políticas públicas voltadas para a juventude, bem como para a regulamentação do Conselho Estadual de Juventude.

Esse decreto representa um passo significativo nas reivindicações das demandas da juventude ao governo Estadual, demonstrando responsabilidade no enfrentamento dos desafios da juventude no Espírito Santo. Ao estabelecer esse Grupo de Trabalho, o governo reconhece a importância do diálogo e da colaboração com a sociedade civil na formulação e implementação de políticas eficazes para a juventude.

Considerando as condições de vida da juventude capixaba, verificou-se que em 2009, 51,4% só trabalhavam; 19,2% não trabalhavam nem estudavam; 17,1% só estudavam e 12,4% trabalhavam e estudavam, ou seja, desses 73,6% não estão inseridos em nenhum espaço de formação (IJSN, 2011).

De acordo com os dados do Ipea, em 2019, no Espírito Santo o número de homicídios de jovens para cada grupo de 100 mil habitantes ficou acima da média nacional. A média de homicídio no estado foi de 57,9, enquanto no Brasil, de 45,8. Dos mais de 45 mil assassinatos que ocorreram em 2019, cerca de 51% dos mortos eram jovens que tinham entre 15 e 29 anos. (Folha Vitória, 2021).

Diante do exposto, considerando a realidade da juventude capixaba e através de reivindicações históricas dos movimentos sociais e de juventude, em 2021 é implementado o primeiro Centro de Referência das juventudes pelo Governo do Estado. O Centro de Referência da Juventude (CRJ) faz parte da Política Estadual de Juventude e, a partir do Programa Estado Presente, atua em áreas socialmente vulnerabilizadas do Espírito Santo na perspectiva de Proteção Social. Os CRJs promovem aos seus usuários atendidos o acesso à direitos e a reparação da falta de serviços públicos direcionados à população jovem e periférica. O equipamento atua realizando um movimento que visa “não apenas a prevenção da violência, mas também a promoção da vida digna, da qualidade de vida e da ampliação de oportunidade entre a população jovem moradora das regiões mais afetadas pela violência no estado” (BID, 2022, p. 13). São 14 CRJs distribuídos nos municípios de Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Colatina, Guarapari, Linhares, São Mateus, Serra, Vila Velha e Vitória. Os Centros de Referência da Juventude do Espírito Santo trabalham atendendo jovens de 15 a 29 anos através de princípios como o respeito à diversidade humana, o fomento da resolução de conflitos a partir da disseminação da cultura da não violência e a promoção da autonomia individual e coletiva (BID, 2022). O público prioritário é específico, para que possa ser trabalhado com ele a garantia de acessos historicamente negados a estes indivíduos, sendo eles

jovens homens, negros, entre 15 e 24 anos, moradores das regiões onde são implementados cada um dos centros de referência e que não estão acessando serviços da rede (escola, assistência, saúde), estão em condição de evasão escolar, ou que passaram pelo sistema socioeducativo, ou que sejam egressos do sistema prisional, ou mesmo jovens que passaram por situações diversas de violações de direitos. (BID, 2022, p. 33)

O CRJ é um espaço para convivência e formação social, cultural e artística de adolescentes e jovens, contudo, por receber indivíduos diversos que carregam diferentes vivências e sobrevivem em áreas marginalizadas da sociedade, o equipamento acaba por atender e também encaminhar jovens em situação de alta vulnerabilidade social. Os usuários apresentam questões urgentes no que se refere à garantia de seus direitos básicos, como a falta de alfabetização, emprego, saneamento básico e outras diversas expressões da questão social. Ao refletir sobre a vivência desses indivíduos, é importante referenciar o estágio de vida que

estão atravessado não somente como “uma breve transição temporal e fisiológica entre adolescência e vida adulta, mas como sujeitos que necessitam de intervenções particularizadas, de direitos específicos que garantam a sua singularidade” (BID, 2022. p.8).

Dentro dos espaços, são oferecidas aos jovens diferentes atividades, que possibilitam a eles momentos coletivos de lazer e de aprendizagem, atuando no território de maneira a proporcionar um ambiente seguro para trocas e descobertas de potencialidades. Também é trabalhado com os jovens o processo de potencialização de sua autonomia pessoal e financeira.

No espaço, os profissionais buscam incentivar os jovens a permanecerem inseridos na escola e, quando encontram-se em situação de evasão escolar, tentam dialogar com o mesmo para poderem ver a possibilidade de encaminhá-lo novamente a alguma instituição de ensino na qual ele possa se desenvolver melhor. A equipe como um todo também costuma reforçar nas conversas com os atendidos a importância do estudo para a construção dos saberes sobre si e sobre o mundo. O CRJ Novo Horizonte é um local cheio de possibilidades para realizar mediações com a população jovem e periférica de maneira crítica. Assim como, um espaço que pauta que:

As políticas públicas de juventude são, no âmbito nacional, resultado de um amplo movimento provocado por esforços anteriores de visibilidade das questões específicas que permeiam o público jovem. Esses estudos abordando questões identitárias, considerando a interseccionalidade em diversos indicadores, como morte por causas externas, violência autoprovocada, desemprego e abandono escolar, resultaram na identificação de índices negativos relacionados às juventudes e sustentam ainda hoje a necessidade de políticas públicas específicas a essa população (BID, 2022, p. 7).

3. O trabalho do serviço social no crj de novo horizonte

No que diz respeito ao Serviço Social, o trabalho da assistente social mostra-se relevante no cotidiano dos jovens atendidos de maneira que é possível visualizar o efeito concreto de seus esforços em articular o projeto ético-político da profissão ao cotidiano do Centro de Referência. O reconhecimento da importância da profissão para este equipamento fica expresso na própria metodologia do CRJ's, onde prevê que a/o assistente social faz parte da equipe mínima, juntamente com outros profissionais bem como: Coordenador-geral, Auxiliar Administrativo, Psicólogo, Terapeuta Ocupacional, Educador Social, Coordenador de Articulação Local, Articulador Local e Oficineiros. Cada profissional aqui citado tem suas próprias atribuições descritas na metodologia de trabalho dos CRJ's, porém temos como intuito neste artigo debruçar sobre o papel da/o assistente social na referida instituição.

Mas antes de revelar as principais atribuições deste profissional, é válido destacar que a/o assistente social no CRJ de Novo Horizonte-Serra/ES participa do trabalho coletivo, enquanto um trabalhador assalariado, inseridos em uma relação de compra e venda da força de trabalho, contratados via regime de trabalho CLT (Consolidação das Leis trabalhistas), com carga horária de 30 horas semanais, gerido por uma organização da sociedade civil- OSC.

Conforme afirma Raichelis (2011) são as próprias instituições empregadoras que controlam e exigem as atividades e definem: o contrato de trabalho, a jornada, a intensidade, as metas de produtividade, entre outros elementos que perpassam o trabalho profissional nos diferentes espaços institucionais. Segundo Guerra (2023), isto determina o seu lugar na divisão social, técnica, sexual e racial do trabalho. Contudo, as/os assistentes sociais são trabalhadores intelectuais, com formação de ensino superior hegemonicamente crítica, orientados por princípios e valores do seu Código de Ética (CFESS, 1993).

Para além disso, a autora refere que a existência da profissão está ligada à sua condição de dar respostas frente à realidade, portanto deve ser capaz de fazer uma leitura crítica da realidade identificando as condições materiais da vida dos seus usuários a fim de construir alternativas de respostas profissionais às atuais requisições sejam elas institucionais ou dos próprios usuários do serviço (GUERRA, 2023).

Isto supõe muito mais do que apenas a realização de rotinas institucionais, cumprimento de tarefas burocráticas ou a simples reiteração do instituído. Envolve o assistente social como intelectual capaz de realizar a apreensão crítica da realidade e do trabalho no contexto dos interesses sociais e da correlação de forças políticas que o tensionam; a construção de estratégias coletivas e de alianças políticas que possam reforçar direitos nas diferentes áreas de atuação (Saúde, Previdência, Assistência Social, Judiciário, organizações empresariais, ONGs etc.), na perspectiva de ampliar o protagonismo das classes subalternas na esfera pública (RAICHELIS, 2011, p.428)

É a partir desta perspectiva que o serviço social é pensado dentro dos espaços do CRJ's, como um profissional capaz de indicar elementos de análise frente realidade colocada pelo território, isto significa, fazer uma leitura crítica que considere todas as determinações que levaram os sujeitos a vivenciarem um cenário de extrema pobreza, violência, desemprego, discriminação de gênero, raça, etnia e orientação sexual, trabalho precário, dificuldade de acesso à saúde, à educação e ao trabalho, falta de moradia, insegurança alimentar, violação dos direitos das crianças e dos adolescentes e jovens e entre outras expressões da questão social.

Cabe registrar que, segundo os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan, de base municipal, em 2023, a Serra teve 2773 notificações de violência, especificamente na faixa etária que o CRJ atende, entre 15 a 29 anos, tiveram 918 notificações. Dentre os tipos de violência foram notificados: 238 físicas; 139 sexual; 49 psicológica; 23

negligencia e abandono; 13 trabalho infantil. Os dados mostram que Novo Horizonte é o 3º bairro de Serra com mais notificações, porém considerando a faixa etária em que o CRJ atua, representa o 2º lugar com mais notificações de violência (SINAN, 2023)

Portanto, o papel da profissão neste equipamento tem como dever ético político contribuir para denunciar a desigualdade e as diferenciadas formas de exploração e opressão vivenciadas cotidianamente pela maioria da população que atendemos, bem como defender a aplicação de todos os princípios fundamentais previstos em nosso código de ética, que tem relação com: reconhecimento da liberdade, defesa intransigente dos direitos humanos, ampliação e consolidação da cidadania, participação política, posicionamento da equidade da justiça social, eliminação de toda forma de preconceito, respeito à diversidade, garantia do pluralismo, ter como horizonte a construção de uma nova ordem societária, articulação com movimentos sociais e outras categorias, compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e exercício do serviço social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 1993).

Temos acordo com Farage (2023), quando a autora destaca sobre a importância de retornarmos o debate das possibilidades do trabalho de assistentes sociais como formadores, educadores e intelectuais orgânicos da classe trabalhadora.

A forma como executamos nossa ação profissional, com todos os limites impostos estruturalmente, indica o horizonte para qual apontamos seja para contribuir com o processo de consciência dos “usuários” ou para intensificar o processo de subalternização ao qual o sistema capitalista coloca a classe trabalhadora (FARAGE, 2023, p. 36)

Embora os CRJ’s sejam mais uma política pública que está envolta as contradições, que se estruturam dentro da lógica e ordem do capital, com base em uma racionalidade-burocrática, que impõem uma série de exigências levando a reforçar certas práticas paternalistas, assistencialistas e eleitoreiras. É possível considerar, que o fato de os CRJ’s estarem inseridos na Secretaria Estadual de Direitos Humanos, contribui para que a política em questão consiga romper com velhas práticas e se proponha a ter uma identidade própria e ao mesmo tempo seja reconhecida como parte da mobilização política da própria juventude a partir de suas demandas e interesses.

Esta conquista histórica fica expressa até mesmo na maneira que os CRJ’s foram pensados no quesito estético, físico, organizacional e metodológico. O intuito foi criar um espaço que dialogasse verdadeiramente com as juventudes presentes no território, rompendo

com estereótipos e estéticas padronizadas, ditas como modelo único e ideal. Para isso, foi necessário considerar o próprio saber desenvolvido pelos jovens em seu cotidiano de vida, garantindo um espaço aberto à diversidade de jovens que frequentam o espaço.

Figura 1- Centro de Referência das Juventudes Novo Horizonte-Serra/ES



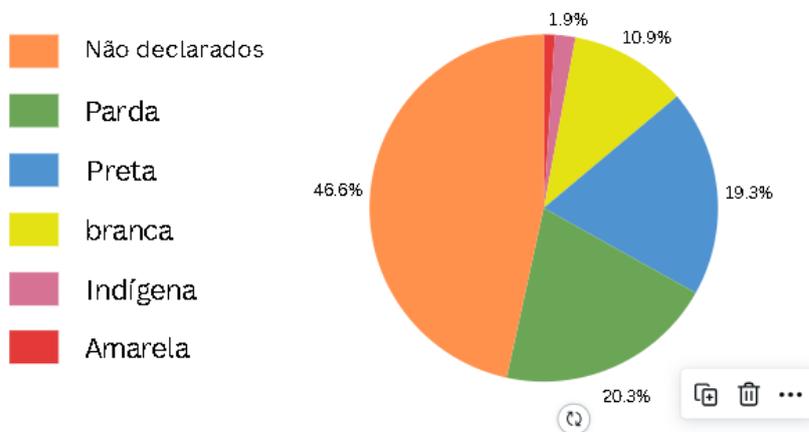
Fonte: Internet

A partir da imagem acima é possível demonstrar um pouco de como a estrutura física dialoga diretamente com a diversidade de jovens que representam o perfil de atendidos pelo CRJ Novo Horizonte. Reunimos em um mesmo espaço grupos com diferentes interesses e estilos, como por exemplo a galera do esporte representados pelas oficinas de: Skate, vôlei, kickboxing e futechão. A galera que tem interesse em arte e cultura representados pelas oficinas de: grafite, coral, teatro, danças urbanas, voguing, samba capixaba, fotografia e batalha de rima. Além dos jovens que têm interesse em oficinas de cunho profissionalizante bem como: automaquiagem, barbearia e design de sobrancelhas⁷.

Por último, também tem os jovens que não participam das oficinas, mas frequentam o CRJ para fazerem uso da sala de informática, dos espaços de convivência e de salas que podem ser reservadas para organização das juventudes, ensaios para apresentações, eventos, reuniões, entre outras atividades. Só no primeiro semestre do ano de 2024, que corresponde aos meses de janeiro, fevereiro e março, foram registrados 1336 atendidos no espaço. Dentre os jovens atendidos estão:

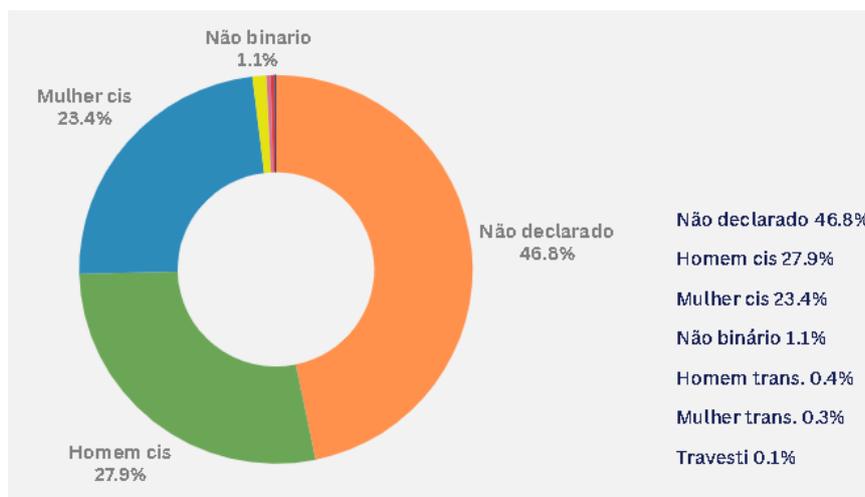
⁷ Cabe destacar que estas são as oficinas, que estão sendo ofertadas no mês de março de 2024. A escolha das mesmas, parte de sugestões dos próprios jovens frequentadores do espaço, a partir do levantamento realizado pelos articuladores.

GRÁFICO 1- Quesito raça/cor



Fonte: Sistematização das autoras, 2024.

GRÁFICO 2- Gênero



Fonte: Sistematização das autoras, 2024.

É válido ressaltar com base nos gráficos acima, que embora frequentemente seja feito um trabalho político pedagógico junto às juventudes a respeito da importância de preencher corretamente esses dados sobre quesito raça/cor, gênero, orientação sexual e entre outros, a fim de fornecerem informação para produção de conhecimento científico, pesquisas epidemiológicas, para construção de políticas públicas, ainda encontramos muitos desafios para redução do índices de jovens que não declaram tais informações. Por mais que essa seja uma parcela expressiva, o gráfico também revela, que atualmente o CRJ de Novo horizonte, atende

justamente público prioritário que foi especificado na metodologia de trabalho da política, ou seja, em sua maioria homens negros entre 15 e 24 anos, que passaram ou ainda passam por situações diversas de violações de direitos.

Dentre as principais demandas apresentadas pelas juventudes do território estão ligadas ao acesso a cidadania através da emissão de documentos pessoais como: CPF, RG, Carteira de Trabalho, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral, e Documento Militar para cidadãos do sexo masculino. Acesso à educação, também é uma demanda recorrente, tendo em vista que muitos jovens encontram-se em situação de evasão ou abandono escolar. O acesso ao mercado de trabalho, comparece frequentemente, pois diante da baixa escolaridade muitos jovens estão desempregados ou ocupam postos de trabalhos precarizados e em grande maioria com vínculos informais. Outras demandas frequentes nos atendimentos são os diversos tipos de violência cometidos por familiares, instituições e também em grande escala a violência policial.

Todas essas demandas não estão descoladas do processo de formação socioeconômica apresentado no início deste artigo. Não é por acaso que o território de Novo Horizonte ocupa os piores índices no que diz respeito a casos de violência, desemprego, baixa escolaridade, insegurança alimentar e entre outras expressões da questão social. Também não é por acaso que o CRJ chega para compor juntamente os demais serviços da rede socioassistencial a ocupação deste importante território, que além de dados alarmantes também pulsa vida e muita luta. Iniciativas como a criação destes equipamentos, mostram um importante avanço no processo de concretização dos direitos da população jovem do Espírito Santo e do Brasil.

4. Considerações finais

Parafraseando a autora brasileira, Maria Conceição Evaristo, embora tenham combinado de nos matar, nós seguimos resistindo e combinando de não morrer. Os CRJ's têm sido um convite à juventude negra periférica ao aquilombar-se, ou seja, ao movimento diário de buscar o quilombo, formar o quilombo, tornar-se quilombo. Portanto, aquilombar-se é o ato de assumir uma posição de resistência contra hegemônica a partir de um corpo político (NASCIMENTO, 1989).

É nesta perspectiva de preservação de modos de vida construídos anteriormente ao processo de colonização e exploração do território, que a assistente social, em conjunto com seus estagiários, vem buscando que sejam mantidos, principalmente através de estratégias, que contribua, com o processo de consciência dos “usuários” a partir do resgate das tradições comunitárias dando continuidade ao ato de aquilombar. Para tanto, é necessário a apreensão da

realidade de forma crítica, somada a estratégias voltadas à dimensão pedagógica da profissão, que contribui para demarcar o nosso lugar enquanto formadores, educadores e intelectuais orgânicos junto à juventude.

Para além das estratégias interventivas, convocamos as juventudes, trabalhadores e a comunidade a defender de maneira intransigente, que esta política se torne uma política de Estado e não mais apenas de Governo, com financiamento público.

Por fim, considerando que os resultados em apenas dois anos de surgimento do CRJ Novo Horizonte são surpreendentes, no que diz respeito à participação e engajamento dos jovens, demonstrando que os lugares de muita escassez também produzem lugares de resistência, potência e transformação de vidas.

Referências

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). **Metodologia dos Centros de Referência das Juventudes do Governo do Estado do Espírito Santo**. Vitória, 2022.

BRASIL. Decreto nº 2.948-R, de 18 de janeiro de 2012. **Instituí Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar propostas de Políticas Públicas de Juventude**. Diário Oficial do Estado, ES, 19 de jan. 2012. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/es/decreto-n-2948-2012-espírito-santo-altera-decreto-n-2948-r-de-18-de-janeiro-de-2012-que-instituiu-o-grupo-de-trabalho-da-juventude>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

_____. Lei nº 9.646, de 13 abril de 2011. **Institui a Semana Estadual de Debate contra o Extermínio de Jovens, no âmbito do Estado, e dá outras providências**. Diário Oficial do Estado, Vitória, ES, 14 de abr. 2011. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LO9646.html#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.646&text=Institui%20a%20Semana%20Estadual%20de,Estado%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **IPEA: Atlas da violência**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso em: 18 de maio de 2024.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993**. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Brasília: DF, 1993.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Cultura e do Bem Estar Social. **Projeto de Implantação do Sistema Nacional de Emprego no Estado do Espírito Santo – SINE/ES**. Vitória, 1977.

_____. Secretaria de Segurança Pública (SESP). **Estatísticas Criminais: Vítimas De Crimes Letais Intencionais**. Vitória, 2021.

FARAGE, Eblin. A dimensão teórico-metodológica no trabalho de assistentes sociais. *In*: HORST, Claudio H. M.; ANACLETO, Talita F. M (Orgs.). **A dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais- CRESS, 2023.p.(25-41)

FORTUNATO, Daniëlle De Oliveira Bresciani. **Uma análise do Espírito Santo à luz do processo de implantação dos grandes projetos**. *Dimensões*, n. 27, 2011.

GUERRA, Yolanda. A dimensão teórico-metodológica no trabalho de assistentes sociais. *In*: HORST, Claudio H. M.; ANACLETO, Talita F. M (Orgs.). **A dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais- CRESS, 2023.p.(43-57)

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022**. [s.l]. 2021. Disponível em <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 15 de maio de 2024.

Instituto Jones dos Santos Neves. **Juventude e vulnerabilidade social no Espírito Santo: explorando fatores explicativos**. Vitória, ES, 2011.

MARX, Karl. Capítulo 23: A lei geral da acumulação capitalista. *In* _____. (org.) **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 835 - 958

MATTOS, Rossana. Desenvolvimento estadual e formação da região metropolitana da Grande Vitória. *In* _____. (org.) **Expansão urbana, segregação e violência: Um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória**. Vitória: EDUFES, 2011. p. 81-123.

_____. **Exclusão socioterritorial e violência urbana no Bairro de Novo Horizonte–Serra/ES**. Anais da Semana de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, v. 1, 2014.

MÉDIA de homicídios de jovens no Espírito Santo é maior que a média nacional, aponta estudo. **Folha Vitória**, 01 de set. 2021. Disponível em: <https://www.folhavitória.com.br/policia/noticia/09/2021/media-de-homicidios-de-jovens-no-espirito-santo-e-maior-que-a-media-nacional-aponta-estudo>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *In*: RATTTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. SP: Instituto Kuanza, 2006, p. 117-125;

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, p. 420-437, 2011.

VALADÃO, C. **A gente não quer só comida: políticas públicas para a juventude no Espírito Santo**. Dissertação de Mestrado em Política Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social, UFES. Vitória, p. 125, 2013.